

O JUIZ
E O SERVIÇO JUDICIÁRIO

Sidnei Agostinho Beneti

Edição da Secretaria do Tribunal de Justiça

— São Paulo/1983 —

O JUIZ E O SERVIÇO JUDICIÁRIO

O JUIZ E O SERVIÇO JUDICIÁRIO(*)

SÍDNEI AGOSTINHO BENETI

Juiz Corregedor na Corregedoria Geral da
Justiça do Estado de São Paulo – Gestão
do Desembargador Bruno Affonso de André.

(*) Palestra proferida aos Juizes Substitutos e de Investidura Temporária aprovados no 148º Concurso de Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo – Ciclo de Estudos promovido pelo Conselho Superior da Magistratura em junho de 1983 – Notas de estenotipia revistas – Os conceitos são de responsabilidade do autor, mas muitos deles foram recebidos de outros magistrados, cujos nomes seria impossível anotar, mas aos quais o autor agradece, embora sabendo que jamais conseguirá consignar-lhes gratidão proporcional à devida.

SUMÁRIO

Apresentação (Desembargador Bruno Affonso de André, Corregedor Geral da Justiça).....	7
--	---

PARTE I

O JUIZ E O ANDAMENTO DOS PROCESSOS

1. O juiz e o processo	9
2. Magistratura de massa e magistratura artesanal ..	11
3. O juiz gerente de produção	13
4. Decisão e execução x ornamentos e erudição	14
5. Instrumentos à disposição do juiz	15

PARTE II

INSTRUMENTOS PROCESSUAIS

6. Instrumentos processuais	17
7. Autos conclusos	17
8. Falar por último	18
9. Expor no momento adequado	19
10. Atenção à estratégia do caso	20

11. Encadeamento tônico dos atos processuais	21
12. Iniciativa pessoal do juiz	22
13. Aprofundamento da prova	22
14. Dilema do "ir em cima" ou "dar tempo ao tempo" .	23
15. Liminar x não liminar	24
16. Aplicação não literal da norma processual	26
17. A força da própria decisão	27
18. Atribuição de ônus da prova	27
19. Julgamento antecipado da lide	28
20. Sentenças líquidas	29
21. Exame de petições iniciais	29
22. Saneador e preliminares	30

PARTE III

INSTRUMENTOS NÃO PROCESSUAIS - CONSIDERAÇÕES GERAIS

23. O "vale-tudo" não processual	31
24. A dignidade do judiciário	31
25. Autoridades políticas da Comarca	31
26. O Promotor e o Delegado	32
27. Equidistância ostensiva	33
28. Abuso de tecnicismo	34
29. Decidir com conhecimento e segurança	35
30. Atender e ouvir	36
31. Tratamento do pessoal judiciário	36
32. Não gritar	37
33. Permanecer na mesa de trabalho	38
34. Aparência do Fórum e do local de trabalho	39
35. Pontualidade das audiências	39

36. Atendimento dos próprios interessados	40
37. Aperfeiçoamento para a própria jurisdição	41
38. Dizer sim e dizer não	42
39. A mulher e a família do juiz na Comarca	42
40. Ter convicção	43
41. Despachos preparados pelo cartório	44
42. Carimbos e impressos de decisões	44

PARTE IV

CASUÍSTICA COMPLEMENTAR - FAZER & NÃO FAZER

43. Pessoalidade da casuística	47
44. Evitar anulação de processos	47
45. Não suscitar conflitos de competência	48
46. O "diga-diga"	49
47. Estudar a jurisprudência do caso	49
48. Carga e descarga de autos	49
49. Indeferimento de perguntas em audiência	50
50. Dispositivos de sentenças e acordos	51
51. Vistas ao Ministério Público	51
52. Ler tudo	52
53. Não adiar audiências	52
54. Reconsideração de decisões	52
55. Procedimentos complicados	53
56. Especificar provas	53
57. Perícia e designação de audiência	54
58. Simplificação de atos de comunicação	54

59. O telex	55
60. O juiz auxiliar	55
61. Conclusões sem data	56
62. Questões correccionais nos autos	56
63. Sustentar na legalidade	57
64. Decidir somente pelo que está nos autos	57
65. Questões simples x complexas	58
66. Memoriais das partes	58
67. Legalidade processual civil, criminal e menores	59
68. Menores e presos	59
69. O júri	61
70. O eleitoral	61
71. Designação de audiências para a mesma hora	62
72. Não atrasar	62
73. Não culpar funcionários	62
74. Livro de registro de despachos	63
75. Expor os artigos do código	63
76. Garantias de liminares de sustação de protesto .	64
77. Marcar audiências pessoalmente	65
78. Estudo dos autos para a audiência	65
79. Dias para despacho	66
80. Portarias	66
81. Consultas e argumentação de advogados e partes .	67

PARTE V

PALAVRAS FINAIS

82. O nocionamento pessoal	69
83. Encerramento	70

APRESENTAÇÃO

A Justiça tem de ser cada vez mais uma instituição a serviço das partes, pois o próprio Estado em que ela figura como um dos Poderes deve ser o instrumento por excelência da grande sociedade. E a Justiça, para que de fato seja o Poder que fala por último, há de ter capacidade para transcender aos outros Poderes e até julgá-los nas situações necessárias. Os juízes não de refletir, em harmonia com o espírito das leis, as contensões e as aspirações da sociedade como um todo, para que possam bem atender ao direito das partes.

O direito das partes é a maior preocupação do verdadeiro juiz, que jamais deverá confundir-lo com a forma legal de alcançá-lo. A forma é em si mesma uma fonte de bens jurídicos, numa situação substitutiva do interesse primário. É sem

pre, portanto, um instrumento e não o objeto. Su bordinando-se a esse pressuposto, o juiz alarga seu horizonte jurídico, liberta-se do mal do formalismo, que não é forma, não fugirá do problema jurídico dos litigantes, e atenderá sem complicações e com oportunidade ao direito insatisfeito.

O modo de operar do juiz é, assim, de suma importância, exigindo sensível consciência de serviço, que estará ausente dos que agirem co mo se as partes estivessem à sua disposição.

O juiz Sídney Beneti, cujo senso práti co notório lhe tem permitido enriquecer sua experi ência, oferece aqui aos colegas iniciantes um apri morado roteiro para o bom exercício das funções, numa linguagem que lhe retrata a inteligência alerta e inquieta. O trabalho ajudará muito aos novos cole gas, mas também ajudará aos que ainda não desper taram de todo para o que a sofrida sociedade atual espera da Justiça.

Desembargador BRUNO AFFONSO DE ANDRÉ
Corregedor Geral da Justiça

PARTE I

O JUIZ E O ANDAMENTO DOS PROCESSOS

1. - O juiz e o processo. Neste ciclo de pales tras organizado pelo Tribunal de Justiça para os novos co legas compete-me falar sobre processamento de feitos.

Devo fornecer a vocês - permitam-me tratá-los assim informalmente - algumas informações a respeito do que considero importante para fazer um processo andar, do que imagino útil como norma de comportamento processual e mesmo de conduta pessoal do juiz, para alcançar o objeti vo de levar os processos ao término o mais rapidamente possível.

Sabemos que a magistratura pode ser vista por diversas formas. O juiz é, por exemplo, profissional in cumbido de realizar a justiça, em que pese, por vezes, o aparente esquecimento dessa verdade simples, devido à abs tração da função imposta pelo tecnicismo e o formalismo processual. Também pode ser focado como guardião das ga rantias constitucionais, como cidadão atuante na estrutu ra social, como aplicador da lei, como crítico da lei que aplica e discreto contornador de iniquidades que a aplica

ção preguiçosa e não inteligente poderia acarretar, ou como agente de exigências de melhoria do sistema jurídico e social. Cada uma dessas maneiras de ver o juiz leva a uma forma de ver a magistratura.

Pode o juiz ser visto e analisado de vários pontos de vista, sob as variáveis das necessidades do tempo, do meio e de suas condições pessoais, geradas na própria formação intelectual, social e moral.

Mas não é do juiz visto por esses variados prismas que vou tratar. Tratarei do juiz tendo em vista um dos aspectos de sua atividade profissional, ou seja, do Juiz enquanto funcionário incumbido de cuidar de um grande número de volumes de papéis, que são os processos, mediante sua organização e a organização do pessoal e material de que dispõe, como acontece a qualquer dono de empresa ou estabelecimento comercial, desde o maior herói empresário atual até o simples sapateiro, alfaiate ou açogueiro, todos são incumbidos de fazer andar e terminar o próprio serviço.

É claro que para falar do juiz em função do processo terei de me referir, e muito, ao juiz fora do processo, porque, como em qualquer atividade, também na magistratura o resultado do exercício profissional está inseparavelmente ligado às condições pessoais do homem que a exerce. Mas tudo o que vou expor visa, antes de mais nada, ao nocionamento básico do necessário a processar, julgar e terminar bem os processos, remetendo-os ao arquivo com a prestação jurisdicional efetivamente entregue.

2. - Magistratura de massa e magistratura artesanal. - A grande massa de casos vindos a juízo leva à necessidade de liquidar processos em grande quantidade. A magistratura, nos tempos modernos, tem de se adaptar à realidade da plethora de processos.

Podemos ver nessa realidade dois tipos de processos e dois tipos de magistratura, com que temos igualmente de conviver: a magistratura de massa e a magistratura artesanal. Esta a magistratura do caso concreto, do caso único, especial, determinado, cujos pormenores temos que verificar passo a passo, ponto por ponto, ao sabor das dificuldades e angústias dos singulares casos marcantes, que se destacam do volume geral de processos. Aquela a magistratura da grande quantidade de situações processuais repetitivas, que acabam ganhando relevância operacional na razão direta do volume enorme de casos e pessoas envolvidas.

Essa massa de trabalho precisa ser vencida, para que sobre tempo para os processos das questões para as quais será necessário trabalho artesanal.

Temos duas magistraturas e temos de conviver com elas; temos de realizar a magistratura de massa e temos de realizar a magistratura artesanal, organizando nosso trabalho para que os casos de massa não tomem todo o tempo necessário à solução naturalmente demorada dos casos artesanais. Temos de ser bons profissionais no trabalho em série, para que possamos ser bons juízes-artesãos.

A magistratura de massa é muito relevante, seus

casos não são menos importantes. Sabemos que todos os ca sos são igualmente relevantes, notadamente diante da con sideração da importância que têm para as pessoas neles en volvidas, para as quais um simples alvará de suprimento de idade para casamento relativo a problema próprio será mui to mais grave do que uma complicada ação reivindicatória referente a outrem. Mas não se pode perder tempo na magis tratura de massa, que exige produção em série.

Exemplo típico de magistratura de massa são os processos de acidentes do trabalho nas Comarcas em que e xistem em grande número, como São Bernardo do Campo, de que fui titular. Sempre considereei os acidentes do traba lho processos muito importantes, devido ao tipo de pessoa que deles se socorre e à natureza do direito com que li dam.

Pois bem, a despeito da prioridade que sempre dei ao serviço em acidentes do trabalho, jamais permiti que sua quantidade estrangulasse minha jurisdição de São Bernardo; os processos foram tratados em série, como juris dição de massa, com quase todos os despachos em carimbos ou impressos colocados pelo cartório e audiências marca das somente para as segundas e sextas-feiras, quatorze em cada um desses dias, efetuadas em mesa ao lado da minha, em que realizava outras audiências da Vara. As sentenças de acidentes do trabalho eram proferidas depois, em casa, usando rascunhos impressos com espaço para o lançamento da fundamentação do caso, de modo que os impressos abrangiam todo o campo possível de incidência das leis 5.316/67 e

6.367/76, então aplicáveis. Sempre houve grande produção de audiências e sentenças de acidentes do trabalho, mediante a utilização de impressos, de modo a o setor não atrasar e a não prejudicar o andamento do restante da jurisdição.

Duas magistraturas, a de massa e a artesanal. É preciso destacar a magistratura de massa, para a qual o que importa é o juiz terminar e arquivar logo o processo; é esse o objetivo nela.

3. - O juiz gerente de produção. - Temos várias formas de dispor do instrumental necessário a fazer terminar os processos.

O juiz deve ser encarado como um gerente de empresa, de um estabelecimento. Tem sua linha de produção e o produto final, que é a prestação jurisdicional. Tem de terminar o processo, entregar a sentença e a execução. Como profissional de produção é imprescindível mantenha ponto de vista gerencial, aspecto da atividade judicial que tem sido abandonado. É falsa a separação estanque entre as funções de julgar e dirigir o processo - que implica orientação do cartório. O maior absurdo derivado desse nocivo ponto de vista dicotômico é a alegação que às vezes alguns juízes manifestam, atribuindo a culpa pelo atraso dos serviços judiciais ao cartório que também está sob sua superior orientação e fiscalização.

Como um gerente, o juiz tem seus instrumentos, assim como um fabricante os seus recursos. São o pessoal

do cartório, as máquinas de que dispõe e os impressos. É o lugar em que trabalha; são os carimbos, as cadeiras, o espaço da sala de audiências e de seu gabinete; são a própria caneta, a máquina de escrever, o fluxo de organização do serviço e algumas coisas imateriais.

O juiz é como o empresário, para o qual tudo vale para atingir a maior produção. Valem a disposição para o trabalho, a dedicação por longo horário, o bom nome, a seriedade de comportamento no ramo de atividade e a imagem de organização oferecida a quem procura os serviços. Tudo para o juiz é instrumento de sua jurisdição, tudo auxilia a terminar os processos, da mesma forma que, para o industrial ou o comerciante, tudo o que tem na fábrica ou loja é instrumento de sua atividade industrial ou comercial.

4. - Decisão e execução x ornamentos e erudição.

- É importante, no tocante à generalidade de que falamos, observar que o juiz não exaure seu dever sem fazer justiça. Deve decidir e executar, para, em seguida, validamente arquivar o processo. Isso é o que o jurisdicionado quer; para isso é que o Estado paga o aparelhamento jurisdicional, inclusive os vencimentos do juiz.

O juiz não é profissional incumbido de tecer brilhantes considerações literárias, doutrinárias ou de erudição. Pode ele ter também conhecimento que o alce à condição de doutrinador, mas para isso, em princípio, deverá procurar outros campos de atividade, que não o jurisdicional. Fará concursos, defenderá teses, exercerá atividade

docente permitida. No processo, entretanto, não haverá lugar para esse lado da atividade. No processo o juiz é o homem que decide e executa, razão pela qual, aliás, é preciso pensar, em cada decisão, já na maneira de execução segura.

Tem-se que decidir e executar. De nada adianta à parte ver a bela sentença ornada de citações políglotas e abstrata doutrina de sutis filamentos. A parte quer saber do dinheiro dela; o réu criminal deseja ver se recebeu a pena adequada ou foi absolvido; a vítima busca verificar se quem lhe causou dano foi condenado; o locador quer o despejo do inquilino inadimplente. A prestação jurisdicional não se exaure no escrito da sentença, muitas vezes, aliás, incompreensível para o jurisdicionado devido ao palavreado técnico. Só se realiza a prestação jurisdicional com a praticização do decidido, simples fato, cuja beleza, para o juiz, é mais significativa do que arranjos florais de extratos de livros pinçados no afogadilho das últimas horas - que geralmente não provam cultura, mas simplesmente acesso a uma boa biblioteca, própria ou alheia.

5. - Instrumentos à disposição do juiz. - O juiz possui vários meios para realizar o seu trabalho, os quais podem ser divididos em meios processuais e meios não processuais.

Os instrumentos processuais são os decorrentes da atuação do juiz nos processos; os não processuais são

os oriundos de outras fontes heterogêneas mas igualmente importantes: a organização, a postura, a atuação no Fórum e na sociedade, o modo de ser do juiz e da família, o apri moramento cultural, a sua sensibilidade.

Tudo importa para o juiz. Tudo deve estar em fun ção da realização de seu objetivo que, para nós, aqui e agora, é terminar o processo.

PARTE II

INSTRUMENTOS PROCESSUAIS

6. - Instrumentos processuais. - Trabalhar em processos, cadernos escritos de papéis, é fato de extrema relevância para o juiz.

O processo outorga direitos e deveres às partes e ao juiz. Esses direitos e deveres podem ser vistos como vantagens e desvantagens no aspecto que ora nos interessa, que é o de fulminar os processos.

Sabemos que as partes têm várias vantagens: o advogado do autor medita muito tempo em qual vai ser a ação que proporá; o do réu planeja sua estratégia no prazo de defesa. Quer dizer: as partes têm uma vantagem, que é a decorrente da iniciativa por elas planejada. Mas os juízes têm também vantagens, que devem pôr em campo, a serviço de fazer o processo andar e terminar.

7. - Autos conclusos. - É vantagem trabalharmos com os autos conclusos, ou seja, fechados. "Conclusos" vem da palavra "claudere" que significa fechar. É a mesma raiz de "clausura", "enclausurado". Nós recebemos a realidade fechada na forma de um volume de documentos em cujos dados ninguém pode mexer depois que nos é entregue.

O privilégio de trabalhar com base em realidade imóvel e documentada é uma vantagem que as partes não têm. O advogado propõe a ação e teme que no local o réu conti

nue atuando, mudando as cercas, alterando o estado fãti
co, de modo que se arrisca a narrar o que já é superado. O
juiz trabalha com o que está no papel. Tudo está nos au
tos; enfoca a "realidade" que está no papel.

8. - Falar por último. - Além disso, o juiz tem
o direito de falar por último, desencadeando a preclusão.
Pensem no que isso significa: sabemos que quando falamos
fechamos um ciclo.

É claro que as decisões são sujeitas a recursos.
A vida judiciária policiarã, como ocorre em todos os atos
da vida, o falar das decisões, por intermédio dos recur
sos. A vida judiciária, aliás, é uma reiterada lição de hu
mildade, porque ninguém nela, a rigor, dá a última pala
vra: o que se fala sempre poderá ser submetido a outrem
que também não falará por último.

O juiz, contudo, diante da posição das partes,
quando fala, fala por último, no estado em que os autos es
tão. Se houver recurso, esse direito de falar por último
será compensado pelo curioso exercício de humildade que
é o dever de processar o recurso. E o recurso estará sujei
to a outro recurso e a outras manifestações, mesmo fora dos
autos, até a apreciação que é a que mais importa, a das par
tes, diante da qual possuem menor relevância até os escritos
da instância superior ou os dos órgãos superiores da ma
gistratura: o que mais importa é a apreciação dos destina
tários da jurisdição, entre os quais também se incluem os
advogados, que são juízes com direito adquirido a ser ri

gorosos com os juízes que lhes julgam os trabalhos.

De qualquer forma temos o direito de falar por último quando falamos: devemos usar desse direito, levando o processo até à situação em que adequadamente o exercitaremos produzindo a preclusão em seu benefício.

9. - Expor no momento adequado. - Não devem ser antecipadas questões de mérito, questões de fundo, ou questões referentes ao que achamos que acontecerá depois de um despacho interlocutório. Não se pode deixar escapar o que pensamos, pois as partes podem distorcê-lo ou passar a agir em função dele. E, ao recebermos os autos conclusos para outra decisão, poderemos estar pensando de modo diverso, outros dados poderão ter incidido e nosso pensamento poderá ter se alterado; poderá não ser mais o mesmo, mas outro, até o contrário.

Nosso pensamento pode efetivamente alterar-se até chegar o momento apropriado de decidir. Conheci um magistrado que dizia que a sua vida teve duas fases quanto a delitos de trânsito: a de pedestre, quando não dirigia, e, depois, a de motorista. Enquanto pedestre tinha um enfoque mais rigoroso relativamente aos motoristas, e quando motorista passou a descontar melhor imprudências de pedestres. Todos mudamos um pouco quando temos questões jurisdicionais graves envolvendo familiares ou pessoas próximas e vemos como é o outro lado de questões tantas vezes já antes julgadas...

Se anteciparmos precipitadamente algum dado de

nosso entendimento — ainda que em manifestação informal — poderemos depois mudar de idéia ao aprofundar o exame. Além de ficarmos em situação difícil ante a expectativa criada, teremos, por nossa antecipação, induzido as partes a erro.

Não devemos nos precipitar; devemos deixar para falar no momento adequado e, nesse instante, fazê-lo sem titubeios.

10. - Atenção à estratégia do caso. - O proceso é uma luta, é um jogo. É como o jogo de xadrez, em que obrigatoriamente se escolhe a forma de encaminhar as peças desde a abertura. Já no despacho inicial o juiz tem que examinar a petição inicial do processo e cogitar de uma estratégia.

O despacho inicial já faz antever a forma da citação, já evidencia se caiu em nossas mãos questão mais complicada, de maior repercussão ou relevância. Nós sentimos isso. Parece que até pelo jeito de o funcionário apresentar o processo percebemos suas características.

Temos que estabelecer uma estratégia para cada processo e dirigi-lo como o jogador estabelece cada lance, pesando tudo, pesando não só os atos que serão realizados, mas também o tempo que vai ser necessário a eles; pesando o comportamento previsível das partes, imaginando uma arena de guerra em torno da existência daquele proceso e tentando antever cada lance.

11. - Encadeamento tônico dos atos processuais.

- O modo mais seguro de manter jurisdição dinâmica, em que os processos realmente andem depressa, estará na não fragmentação do procedimento. Cada ato processual deve entrar-se com o anterior e o posterior. Cada despacho deve estabelecer o protocolo desse encadeamento, prevendo o ato seguinte. E todo despacho deve ser tônico, deve apertar as partes, advogados, funcionários e até o próprio juiz, no sentido da providência processual útil ao seguimento no caminho do fim do processo que não deve jamais ser colocado em ponto morto.

Os modelos constantes do "burrinho" (*) dão idéia de como estabelecer esse encadeamento tônico, que é garantia de andamento célere dos processos e fator de facilidade de processamento, pois cada ato já contém o roteiro do que a ele deve se seguir, não deixando o processo parar.

Deve-se fazer o processo andar automaticamente, até porque enquanto ele anda o juiz não o tem de carregar. É o que ocorre com o jogador de futebol que faz a bola rolar mais do que ele tem de correr. O encadeamento dos atos é, além disso, pedagógico, porque indica também aos advogados, funcionários e partes qual vai ser o próximo ato da caminhada processual.

(*) Volume organizado pelo autor desta palestra, intitulado "Modelo de Despachos e Sentenças", publicado pela Corregedoria Geral da Justiça em 1976, com várias reimpressões, para entrega aos juízes novos de cada Concurso.

12. - Iniciativa pessoal do juiz. - O juiz não é funcionário que deva viver recluso, fugindo do mundo, alheio ao tempo e ao meio, simplesmente receptáculo do que acontece ao redor, como sombra cativa dos protagonistas da vida social.

Não pode trazer para os autos o conhecimento pessoal, dizendo: "decidi o contrário à prova porque sei que aconteceu o contrário"; não é assim. Mas uma vez iniciado o processo pelas partes compete ao juiz fazê-lo prosseguir, mantendo a iniciativa a respeito do que for necessário para a rápida solução do litígio (arts. 125, II, e 262 do Código de Processo Civil). E por meio dessa iniciativa pode fazer até mesmo com que dados de conhecimento particular venham para os autos, sem demonstrar a existência desse conhecimento pessoal e sem permitir que ele quebre a equidistância exigível no processo - pena de incidir em suspeição.

13. - Aprofundamento da prova. - O juiz pode manter a iniciativa no andamento do processo por intermédio da determinação da prova necessária (artigo 130 do Código de Processo Civil), atribuindo às partes o ônus de provar algum ponto e alertando-as para a necessidade de trazer a prova decisiva e possível, sob pena de, não a trazendo, a omissão acarretar desequilíbrio do embate probatório em seu desfavor.

Lembro-me de que certa vez tive de julgar uma desapropriação indireta muito difícil. A desapropriação di

reta geralmente não é difícil de julgar, embora seja da maior relevância patrimonial. A indireta, ao contrário, pode ser autêntica ação reivindicatória. No caso se tratava de saber se o título levado ao processo cabia no chão, cujas características, até mesmo quanto a dois riachos, não eram mais as do tempo do alegado desapossamento. Acabei convertendo o julgamento em diligência, mandando que trouxessem uma planta da região e determinei que o perito cotejasse com papel transparente o mapa daquele título que ele estava trazendo, de tal forma que me permitisse ver a través dos mapas se se tratava de um título "voador" que não poderia aterrisar em lugar nenhum do solo da comarca ou se o espaço estava reservado no chão. O embate probatório e os ônus que atribuí às partes me ajudaram muito a extrair conclusões que arrimaram a sentença. Tenho certeza de que sem essa providência a sentença jamais poderia ser proferida, pois não haveria como vencer o impasse probatório.

14. - Dilema do "ir em cima" ou "dar tempo ao tempo". - Apresenta-se para o juiz a cada momento e em cada tipo de processo um dilema que eu chamo de "ir em cima" ou "dar tempo ao tempo".

É preciso que o juiz opte por uma das diretrizes a cada instante. Em cada tipo de processo esse dilema se coloca de forma peculiar. Geralmente manifesto preferência por "ir em cima" da questão, mesmo em se tratando daquelas que tradicionalmente são questões tidas como de

"dar tempo ao tempo", como as de família. Não estou convencido de que se devam dar, como regra, prazos longos para questões de família; acho que se se der tempo ao tempo e ele não as decidir poderemos ter provocado feridas não cicatrizáveis nos interessados e com o desprestígio decorrente da omissão da providência judicial, último recurso existente para eles.

Parece-me melhor, como regra, decidir, interferir na realidade subjacente, ainda que também criando feridas de difícil cicatrização pela prática do ato, mas com a vantagem de, com o controle da decisão e a evidência da não omissão, demonstrar o cumprimento do dever de decidir e o respeito à invocação do direito ao processo.

Mesmo quanto a liminares de busca e apreensão de filhos e liminares de afastamento do marido do lar, tenho optado preferencialmente por decidir de imediato. Examinada a idade do menor, vista a formação da família, geralmente é possível antever o que será melhor para o andamento ulterior do caso e decidir.

Naturalmente devem a cautela e a ponderação das características de cada caso presidir cada opção, especialmente nas questões de família a que aludi.

15. - Liminar x não liminar. - A concessão de liminares como as do mandado de segurança é ato extremamente importante, mas a negação delas também o é. Ambas podem definir o andamento do processo, encaminhando-o no sentido da composição da lide ou frustrando-o no nascedouro.

A liminar é o momento em que se conhecem a energia e a prudência do juiz, porque ao ensejo dela ele pensa sozinho, com argumentos unilaterais situa-se no caso e faz as vezes da parte contrária, pensa tudo o que essaparte poderia estar dizendo. Mas uma vez situado no caso há para o juiz uma certa tranquilidade para uma decisão que vai ajudar a terminar o processo.

Porque concessão ou negação de liminar é ato tônico; aperta as partes, obrigando-as a agir em função do processo. Seja o que for que quiserem mudar no processo, as partes terão que documentar o conhecimento dele peticionando contra o despacho. Com isso se abreviam os prazos, como, por exemplo, tornando prescindível a citação, pois, se concedida a liminar, o réu virá e contestará, não ficará esperando a chegada do oficial de justiça para executar a liminar que lhe é desfavorável.

Não deve o juiz arriscar, com a precipitação de concessão de liminar, o objetivo último do judiciário, que é realizar a justiça. Chegando, entretanto, a posição de segurança razoável, deve dar a liminar. Ela pode fazer bem ao caso, fazer andar o processo no sentido de melhor conhecimento para decisão final. O mesmo se pode dizer da negação da liminar: se o requerente estiver convicto do direito que alega, ajudará o processo a andar depressa no sentido de chegar o momento da sentença, ocasião em que haverá todos os elementos para a segura apreciação do requerimento.

16. - Aplicação não literal da norma processual.

- É preciso que o juiz leia as leis processuais não só como estão escritas, como seriam lidas por pessoas simplesmente alfabetizadas, sem o aparelhamento técnico especial da magistratura. Ele tem de ler vendo muito mais.

É preciso ler a lei processual adaptando-a a cada momento, pois se se fosse só ler o escrito da lei processual para aplicação maquinal e desinteligente não seria necessário o juiz, bastaria um computador. A lei processual deve ser dosada. Não deve ser feito apenas o que está claro nela; deve ser feito o necessário a fazer o processo andar e terminar com a entrega da prestação jurisdicional.

Em certos campos como o processo civil é autorizado pela lei o que não é nulo. Se não houver nulidade de corrente de atuação não estritamente ao pé da letra da lei, e se essa atuação encurtar o processo, deve ela ser usada.

Cito exemplo - e me desculpem por citar exemplos pessoais, mas só posso falar do que sei e o que sei mais é o que ocorreu comigo: - havia em São Bernardo, quando assumi a jurisdição, muitas ações de desapropriação com audiências por designar; estudando os processos vi que a maioria não necessitava de audiência mas eu os tinha de sanear e precisava completar o ciclo do rito ordinário. Despachei, então, determinando que as partes informassem se queriam produzir prova em audiência e, se não o quisessem, que fornecessem alegações finais escritas, para que o processo fosse julgado sem audiência. Ninguém pediu audiência

e todos ofereceram alegações finais escritas, de modo que, mediante aplicação do artigo 244 do Código de Processo Civil, pude julgar grande quantidade de processos sem encompridar a pauta de audiências, em Vara então cumulativa, cujos processos criminais ocupavam enorme espaço no calendário.

Temos de usar o que não é nulo, ainda que não a justado ao expresse na lei processual, desde que com razoável margem de segurança.

17. - A força da própria decisão. - O juiz possui alguns poderes não escritos em nenhuma lei, como o do fato de decisão, inclusive a processual. O fato da decisão possui força autônoma e pode ser usado para desobstruir situações processuais complicadas.

Deve-se usar a força do fato da decisão para fazer o processo andar. A questão de fundo de justiça nunca é meramente processual, de forma que o juiz poderá, sem ferir a justiça e agindo com prudência, afastar-se dos estritos termos da lei processual, a fim de fazer o processo seguir e chegar a ponto em que possa ser examinada a questão substancial de justiça.

18. - Atribuição de ônus da prova. - Podemos também induzir as partes à prática de atos processuais estabelecendo que quem não o fizer será prejudicado.

Por exemplo: em processo de acidente de trabalho, se o INPS não fornece esclarecimentos, não atende às

requisições de informação da situação previdenciária dos acidentados, bastará deixar claro em despacho que essa falta será interpretada em detrimento dele, pois detentor da prova, sentenciando-se fazendo de conta que a parte contrária provou tudo o que o INPS não trouxe aos autos. O mesmo ocorrerá em execuções que lidem com importâncias apuradas em conta-corrente, como as bancárias nos contratos de financiamento, diante das quais o financiador conserva o controle documental do ocorrido na continuidade do negócio.

19. - Julgamento antecipado da lide. - Deve-se utilizar preferencialmente o julgamento antecipado da lide, só não o fazendo quando impossível.

Houve tempo em que o juiz "dava audiências", as quais eram tão poucas que se tornavam fatos marcantes. O extraordinário aumento do volume dos casos e a não flexibilidade dos Códigos de Processo da década de quarenta produziram inúmeras audiências e provocaram o alongamento das pautas.

A decisão imediata do processo sob todas as suas modalidades pode ajudar o retorno à antiga regra, que ensejava ao juiz necessários momentos de reflexão maior, livre dos inadiáveis e exaustivos compromissos públicos com as audiências.

Deve-se julgar quando houver segurança, o que pode ocorrer em qualquer dos momentos processuais adequados. Se sobrevier o mais cedo possível, tanto melhor para a jurisdição, para as partes e para o próprio juiz.

20. - Sentenças líquidas. - As sentenças devem ser proferidas líquidas ou liquidáveis por mero cálculo do contador. É possível proferi-las líquidas mesmo no caso de o pedido ser ilíquido. Nunca proferir sentença que não seja líquida ou não possa ser liquidada por cálculo do contador. Em toda a minha carreira nunca proferi nenhuma que fugisse a essa regra.

A experiência mostra que inúmeras sentenças ilíquidas já foram proferidas em processos em que havia elementos para a prolação de sentença líquida ou liquidável por cálculo. Tanto que na maioria desses casos é possível proferir sentença julgando a liquidação por artigos que se instaura, ao ensejo do julgamento conforme o estado do processo, que a liquidação por artigos, por seguir o rito ordinário, possui. Assim agi em dezenas de reclamações trabalhistas rurais na minha Comarca de Segunda Entrância, Santa Cruz do Rio Pardo, em que recebi, ao assumir, muitos processos cujos números haviam sido expressamente deixados para a execução mediante liquidação por artigos.

21. - Exame de petições iniciais. - Nenhuma jurisdição funciona bem se o juiz não mantém o hábito de examinar detidamente todas as petições iniciais, indeferindo as inaproveitáveis ou determinando o conserto das simplesmente imperfeitas, de acordo com o art. 284 do Código de Processo.

Há nesse ponto três observações: não proferir mais de um despacho determinando sanação - se não sanada

a falha, deve a inicial ser indeferida a seguir; deve-se apontar precisamente a falha da inicial, não bastando referência genérica a "emendar a inicial" - porque o advogado do autor não saberá como atender ao comando; e não se use de extremo rigor com as iniciais - será razoável subsistirem imperfeições.

22. - Saneador e preliminares. - O saneador deve apreciar as preliminares alegadas, limpando o processo. E deve também fazer o "índice" do que ficou para trás, em se tratando de processos complicados, como os de muitos réus, ou de ações de procedimentos difíceis, como usucapiões, divisões, falências, concordatas, prestações de contas e outras.

Deve-se tomar cuidado especial, entretanto, em prever o que ocorrerá no caso de reforma de decisão preliminar em agravo de instrumento, porque essa reforma poderá prejudicar o andamento do processo. O ideal será uma de duas: decidir somente com absoluta certeza de confirmação ulterior, ou decidir de modo a, no caso de reforma do decidido, vir o processo a ser julgado extinto em consequência do julgamento do recurso.

PARTE III

INSTRUMENTOS NÃO PROCESSUAIS - CONSIDERAÇÕES GERAIS

23. - O "vale-tudo" não processual. - Além desses meios puramente processuais temos meios não processuais que também têm importância na obtenção do bom andamento dos processos.

São o "vale-tudo". Tudo vale para fazer o processo andar. Desde a maneira como o juiz se comporta na sala de audiências, até o modo pelo qual manuseia o processo ou dele se desfaz, como no caso de ele o colocar sobre a mesa ou o jogar num canto na presença das partes. Importa até o jeito de ele se vestir ou portar num churrasco, numa pescaria, no pagamento de suas obrigações.

Tudo importa para que o processo ande, até porque tudo vai influir na credibilidade do juiz e na própria força de suas decisões.

24. - A dignidade do judiciário. - O juiz deve zelar pela dignidade do judiciário. Esse zelo, além de ser evidentemente necessário no aspecto funcional, vai facilitar o próprio serviço.

Será bom zelar por essa dignidade até do ponto de vista do próprio comodismo, ser digno ajuda a facilitar o trabalho.

25. - Autoridades políticas da Comarca. - 0

juiz deve tratar as autoridades da Comarca com o respeito e a gravidade que o exercício dos cargos públicos por elas exige.

Poderá discordar delas; poderá tê-las rés em processos, mas sempre se tratará de autoridades constituídas enquanto estiverem no cargo.

O prefeito, o vereador, o membro de partido é representante da comunidade, é uma das suas forças. Se tivermos reparos a pessoas componentes dessas forças será preciso não esquecer que esses reparos poderão significar insatisfação com a sociedade que as gerou, isto é, com nosso próprio meio, com nosso país. E antes de mais nada será necessário pensar que outros poderão discordar também de nós, dirigindo-nos reparos ao nosso modo pessoal ou jurisdicional de ser, formados pelo mesmo meio, pela mesma sociedade nacional.

Importa não hostilizar o político local. Será importante manter bom relacionamento, mas evitando o surgimento de imagem pública de intimidade que permita à política local interferir na equidistância geral. Tratamento simples, formal, cortês, digno, limitado aos encontros de correntes do exercício dos cargos ou da convivência social atenciosa, será o adequado.

26. - O Promotor e o Delegado. - O promotor de justiça e o delegado de polícia geralmente são boas amizades do juiz na Comarca. Funcionários de carreira, como o juiz, relativamente a ambos normalmente não ocorrem os pe

rigos de envolvimento que podem decorrer da amizade próxima com as autoridades cuja investidura remonta à política local.

É bom, entretanto, não permitir confusões funcionais. Se a sociedade quisesse mistura de atribuições ou uniformidade de pensamento entre os três profissionais, a lei não instituiria três cargos e o Estado não pagaria três vencimentos. Postas de lado as relações de amizade que se formam, sobretudo entre o juiz e o promotor, naturalmente aproximados pela convivência no Fórum, e as respectivas famílias - amizade que me forneceu, entre tantos amigos, um compadre querido em Palestina, José Juarez Staut Mustafá, e um extraordinário amigo em São Bernardo, Renato Augusto Romeiro César (*) - é bom que cada qual cumpra com o dever do respectivo cargo sozinho e sem interferir no cumprimento do dever do outro.

A não confusão será importante para a credibilidade do juiz, assim como também o será para a do promotor e a do delegado.

27. - Equidistância ostensiva. - Equidistância é uma forma de correção pessoal que deve ser sempre posta em evidência. Mesmo se se decidir com a impressão de que

(*) Falecido, com a esposa Gilda, no dia 09/7/1983, em acidente automobilístico cujas consequências arrebataram, depois, a filha mais velha do casal, Renata. Penoso registro de saudade ao ensejo da revisão deste trabalho.

de uma forma ou de outra se estará beneficiando uma das partes, essa impressão não poderá nunca passar à decisão.

Sempre temos que julgar com imparcialidade, mesmo quando parecer até a nós mesmos que estamos sendo benevolentes. Existem questões em que podemos formar em nós a impressão de benevolência, como as de apressamento de um alvará simples ou de andamento de processo sem litígio, cuja decisão não prejudique a ninguém. Mas mesmo nesses casos temos de conservar a imagem de tratamento e decisão imparciais e normais, ante as peculiaridades do caso, e não a de decidir ou apressar para fazer um favor especial.

Não podemos nos mancomunar com as partes; se isso ocorrer, essa mesma parte favorecida, em outra oportunidade, se vier a perder outra questão, vai achar que o juiz que antes com ela se mancomunou agora o fez com a parte contrária. Temos que transmitir a certeza de que sempre agimos como juízes, pesando imparcialmente os direitos e dando a eles a solução adequada.

28. - Abuso de tecnicismo. - O tecnicismo absoluto no judiciário é mal dos nossos tempos. Ele se revela sobretudo no processo, mas contamina também outros ramos do direito. Em todos é nocivo, pois leva à preocupação de exposições densamente abstratas, que os destinatários da jurisdição, as partes, não irão entender, de modo que ficarão com idéia de não terem sido bem apreciados o caso e seus motivos.

No direito penal esse tecnicismo mereceu conden

te ataque de Nelson Hungria, em célebre conferência denominada "Os Pandectistas do Direito Penal", que acompanha um dos volumes dos "Comentários ao Código Penal". A leitura é obrigatória para quem quiser aprofundar-se nos segredos de ser bom juiz.

O processo não é um maço de papéis fornecedor de dados para construção de castelos de cartas de raciocínios abstratos técnicos ou tiradas literárias. Existe para levar a realização da justiça às pessoas que estão com vidas enfiadas no meio de suas folhas, pessoas cujos rostos e sentimentos o bom juiz deve saber ver por meio do instrumento técnico. Essas pessoas não querem exposições de arquitetura técnica; querem justiça para os casos concretos.

29. - Decidir com conhecimento e segurança. - Segurança para não errar. Tomar cuidado para não errar; não "chutar". A responsabilidade no decidir é o mínimo que se espera do juiz. Não se espera que o juiz saiba tudo; aguarda-se que ele saiba localizar o que não sabe e vá estudar e aprender antes de decidir.

Já houve ocasião, em Palestina, em que interrompi uma audiência, pedi licença a todos e fui à minha casa ver um livro, porque realmente não sabia o que fazer. Quando voltei houve surpresa, porque se pensou que eu fosse voltar com um grosso volume de tratado estrangeiro mas voltei com o "Curso de Direito Civil" do Professor Washington Barros Monteiro, que dá solução prática muito ponderada a problemas concretos.

30. - Atender e ouvir. - Isto é muito importante. Mas não ficar com aquelas conversas ao pé de orelha, cochichos que se prestam a confusões e desconfianças.

É preciso saber ouvir e dar atenção a quem nos procura, de preferência atendendo de portas abertas, normalmente, na sala de audiências, falando naturalmente. Há sempre um jeito de fazer a pessoa falar alto, ou com voz normal, como numa conversa comum, afastando o tom de segredo.

Saibam ouvir. Muitas vezes quando a pessoa começa a falar já adivinhamos o fim. Mas é bom não cortar o ânimo da pessoa que veio falar. Pode ocorrer até que ela esteja sob pressão ou tortura psicológica em falar. Não se pode interromper essa pessoa, sob pena de decepcioná-la e desiludi-la da justiça.

Os árabes dizem, e vi isso numa citação do rei Faissal, que o ser humano tem uma só boca e dois ouvidos, para ouvir mais e falar menos. Essa regra se aplica ao juiz. Saber ouvir muito é decisivo para dizer bem o direito.

Quando não se puder permitir prolongamento da conversa, deve-se deixar a pessoa expor um pouco e dizer que já está entendido, que já se sabe do que se trata, que será dada a maior atenção ao caso e outras respostas assim, mas sempre após ter ouvido atenciosamente uma boa parte do suficiente para inteirar-se do caso.

31. - Tratamento do pessoal judiciário. - É mui

to importante tratar bem os funcionários. O juiz não pode ficar fechado como se fosse um nobre - vã ilusão - um e remita ou uma pessoa que possa ser contaminada no contato com os funcionários, advogados e partes. Mas esse tratamento não pode ser conduta capaz de gerar situações perigosas, de intimidade ou aparência de intimidade comprometedora.

Mais: a imagem da sala de audiências como local de brincadeiras, de falar mal da vida alheia, de fofocas, sussurros e gargalhadas atrapalha o andamento dos processos. A parte vem para uma audiência, vê o quadro e vai achar que aquilo não é sério. Também é preciso tomar cuidado com as piadas, sobretudo as mais fortes. É preciso não permitir o que vá além de uma certa formalidade cordial.

O juiz deve ser um chefe e às vezes um amigo seguro. Mas um amigo sempre juiz, qualidade inseparável que o juiz forçosamente conserva em todos os lugares e ambientes, e de que não pode jamais se desvencilhar para ficar somente como o amigo - termo que alguma vez, se invocado sozinho, parecendo afetivo, poderá esconder sinonímia com cúmplice em atos e segredos aos quais o bom juiz, mesmo amigo, não deve se agregar.

32. - Não gritar. - Não se deve gritar. O juiz manda apenas nos funcionários, e manda geralmente por escrito, de modo que manda mesmo é na caneta dele, com a qual fala em silêncio.

O juiz não pode gritar com ninguém. Sô deve dar ordens legais e pela forma apropriada.

É bom, também, quando coisas se complicam, acertar a voz e não permitir nela aflição indicativa de perda de serenidade. Em uma audiência, por exemplo, se o juiz perder a calma, ninguém mais a controlará.

É interessante lembrar que há juízes que passam toda a vida sem gritar e sem problemas porque sabem fazer-se respeitados. Sempre há alguma forma de agir melhor do que esbravejar.

33. - Permanecer na mesa de trabalho. - O juiz em sua sala, sentado à mesa de trabalho, soma à força institucional a natural tendência ao acatamento do que provém de quem está nesse lugar e nessa posição.

É bom o juiz ficar sempre no seu lugar. É sempre arriscado sair da mesa, ir à porta, discutir no corredor. Não saindo do lugar, ficando sentado, ele tem naturalmente o respeito dos outros. Ali tem o juiz mais conforto psicológico e melhores condições para tomar providências; tem a campanha para chamar os funcionários e, se surgir perigo, é para ali que acorrerão em socorro. Se algo tiver de lhe acontecer, que ocorra em seu posto, em sua mesa, cumprindo o dever.

Naturalmente haverá ocasiões de ir ao cartório, à cadeia pública, ao juizado de menores e a outros locais, para instruções ou para atividade correcional. Mas no trabalho judicial público típico no Fórum será interessante

que se conserve à mesa de trabalho.

34. - Aparência do Fórum e do local de trabalho.

- Quem vem ao Fórum tem noção intuitiva das coisas certas. Sabe que uma casa deve ser limpa e que o local de trabalho deve ser organizado. Sabe, por exemplo, que um bom pedreiro deve sempre lavar as ferramentas antes de as guardar, que a boa mãe demonstra cuidados na aparência dos filhos e assim por diante.

Quem vai ao Fórum e vê tudo sujo, com documentos amontoados, tocos de cigarros jogados, processos no chão, a mesa do juiz com papéis espalhados, não vai confiar em um juiz, um representante da lei, que convive com tudo tão desorganizado.

Achará que ele não leva nada a sério, a começar do próprio local de trabalho. E, instintivamente, passará a questionar os atos judiciais dele emanados.

35. - Pontualidade das audiências. - Organizar a pauta prevendo para não haver atrasos é um dever. Submeter partes, testemunhas e advogados a demoras absurdas é evidentemente criar problemas, além de ser desumanidade.

Temos várias Varas em São Paulo que nunca atrasam os horários das audiências, o que prova que o controle do horário é possível, assim como é possível não atrasar processos. Há colegas que nunca atrasaram nenhum processo.

A organização da pauta de forma a não atrasar o

início das audiências é instrumento de dar credibilidade ao juízo. É preciso saber dosar a pauta e para isso existem várias diretrizes; cada juiz deve escolher a sua. Por exemplo, se houver certeza de permanência de juiz auxiliar na Vara, que possa fazer audiências concomitantemente com o titular, será conveniente marcar a audiência presumivelmente mais demorada para o início do expediente e ficar com ela; se não houver, será melhor marcá-la para as quinze ou dezesseis horas, para que se realize quando os despachos já terminaram, o público diminuiu e a audiência poderá se prolongar até mais tarde, sem acarretar o atraso das demais.

36. - Atendimento dos próprios interessados. - Toma vulto hoje em dia o hábito de o juiz não atender os interessados, sob o fundamento de terem eles advogados.

O melhor é não seguir essa regra. Os interessados têm direito a contacto com o juiz, ao menos de início, embora esse direito possa vir a ser suprimido posteriormente se se tornarem inoportunos, repetitivos ou quiserem sustentar pessoal e verbalmente os argumentos processuais.

Às vezes o atendimento do próprio interessado é de relevo para a localização de problemas correcionais que os advogados nem sempre trazem ao juiz. Por isso o atendimento deve ser feito pessoalmente pelo juiz, não se recomendando a delegação pura e simples a outrem ou o outorga a funcionários do poder de barrar o acesso ao juiz, com risco de os barradores serem os contra quem viriam os

barrados reclamar.

37. - Aperfeiçoamento para a própria jurisdição.

- Cada jurisdição tem os seus problemas e é preciso saber trabalhar com eles. Se região rural, tem-se que conhecer problemas de terra; se industrial, tem-se que saber assuntos negociais, societários e de acidentes do trabalho. O juiz precisa aperfeiçoar-se preparando-se antes de mais nada para a sua jurisdição. Na grande São Paulo, no crime será necessário dominar de cor o relativo a roubo, latrocínio, furto e lesões corporais culposas no trânsito e saber, na prática, o que fazer com menores infratores perigosos, por exemplo.

Sendo juiz da grande São Paulo, de nada adiantaria fazer curso de pós-graduação em direito agrário ou internacional. Seria buscar brilho intelectual abstrato, desligado da realidade a que é necessário bem atender, inclusive com o constante aprimoramento cultural extra-jurisdição.

Há regiões com problemas chamados de terra, que preocupam muito, mas que têm lineamentos que ensejam processamento e julgamento seguros. Por exemplo, nelas não se pode dar muito tempo às partes, senão elas ficarão alterando a realidade subjacente ao caso, empurrando cercas, derrubando matas, mudando caminhos e assim por diante; se foi feita a perícia depressa, essas questões se esvaziarão como bolhas de ar.

Quem está em região de problemas de terras tem

de estudar a jurisprudência relativa a eles, saber quando cabe exceção de domínio, quando devem ou não devem ser concedidas liminares, como lidar com processos incidentes, levando-se todos ao ponto em que possa ser proferida decisão única para todos - porque em princípio não será bom sentenciar parceladamente esses processos, correndo o risco de julgar extinto um deles e depois sobrevir anulidade dos atos praticados nos demais, devido à reforma da sentença de extinção pelo Tribunal; por isso será geralmente melhor juntar os processos, colocar tudo em um só pacote e julgar na unidade de um só momento e, se possível, de uma única sentença.

38. - Dizer sim e dizer não. - O juiz deve dominar a arte de dizer sim e dizer não. Ambas as palavras são difíceis, variando fungivelmente o grau de dificuldade segundo a ocasião.

Mas é preciso que o juiz saiba dizê-las sem criar atritos, sem demonstrar animosidade, sem provocar problemas, resguardando-se. Há pessoas que negam o que lhes é pedido e o interlocutor não sai magoado. O tirocínio de tratamento das pessoas pelo juiz deve atentar a isso.

39. - A mulher e a família do juiz na Comarca. - O Desembargador Edgard Moura Bittencourt reserva um capítulo para "a mulher do juiz" (*) no livro sobre o juiz. Ela é tão importante para a tranquilidade da Comarca que

(*) Atualmente, havendo várias juízas na magistratura de São Paulo, seria mais adequado tratar do "cônjuge" do juiz.

já imaginei seria bom devesse, como o marido, fazer concurso...

O mesmo se diga da família, especialmente dos filhos. Comportamento simples, vida austera, sem prevalecer do cargo do chefe da família são fatores fundamentais para o trabalho do juiz na Comarca.

Será também irreparável mal a mulher ou os filhos do juiz desdenharem a cidade da Comarca. A repercussão desse desdém na população fará preferível que o juiz, com a família, mude de Comarca.

40. - Ter convicção. - A convicção pessoal a respeito das decisões é elemento de extrema relevância para o juiz. As partes sentem o pulso do juiz pela convicção que evidencia.

A convicção se produz pelo conhecimento do direito, da vida, da cultura e do estudo dos casos. A segurança é imprescindível na vida judicial. Forma-se o hâbito da convicção e passa-se a conviver com ele. Deve-se, por isso, cultivá-lo como se cultivam as grandes árvores: começando de humilde posição de dúvida metódica que subme te tudo, mesmo as coisas mais simples, à investigação, e chegando posteriormente à altura do conhecimento aperfeiçoado. Nessas alturas o saber estará em aparente paradoxo: consistirá no conhecimento do desconhecimento, isto é, saber o que não se sabe, para isolá-lo e ir estudá-lo antes de decidir ou dizer.

41. - Despachos preparados pelo cartório. - É imprescindível a qualquer jurisdição moderna que os despachos de rotina venham para a mesa do juiz já preparados pelo cartório, datilografados, impressos ou carimbados. O juiz os examinará antes de assinar e, se forem inadequados, tirará a folha, ou riscará o que foi preparado e lançará outro despacho a mão ou novamente datilografado, mediante ditado na sala de audiência.

É o caso da magistratura de massa de que falei de início. Decisões repetitivas não são para serem pessoalmente escritas pelo juiz. Devem vir já prontas, atuando o cartório segundo as instruções do juiz. Orientar o cartório para grafar os despachos também é "decidir". Decidir pessoalmente não significa "escrever" de próprio punho nos autos.

42. - Carimbos e impressos de decisões. - O mesmo ocorre com impressos e carimbos. Não é admissível modernamente, na quantidade atual de serviço, que o juiz tente escrever tudo pessoalmente. Se o fizer não escapará ao atraso de serviço por mais que trabalhe. E passará a ser criticado, exibirá pouca produção quando pretender auxiliar para a Vara, trilhará a triste sina do juiz marcado pela reclamação constante do serviço.

Por mais que seja culto, por mais que seja homem de bem, por mais que decida bem os casos a que efetivamente se dedique, certamente terá sua vida jurisdicional cercada de problemas que podem ser evitados mediante orga

nização simples do serviço no aspecto gerencial, imprescindível à magistratura de massa, para que tenha o tempo necessário à dedicação artesanal.

PARTE IV

CASUISTICA COMPLEMENTAR - FAZER & NÃO FAZER

43. - Pessoalidade da casuística. - Há uma casuística que todo juiz segue e que ajuda a formar a credibilidade da própria jurisdição, colaborando para o bom andamento e para o encurtamento da vida dos processos.

Exponho o meu sistema, a minha casuística, apenas como lembrete pessoal de casos. Pensem, meditem bastante e cheguem às próprias. Se imaginasse que algum de vocês, juízes de direito, iria receber tudo o que estou falando como dogma, decididamente nada lhes diria, pois o juiz não deve ser repetidor de idéias alheias. É preciso que cada juiz tenha suas próprias diretrizes.

Toda regra é pessoal. É preciso usar de prudência antes de chegar a uma. É preciso ouvir juízes mais antigos, consultar os autores específicos, observar o modo de ser da comarca. É preciso perguntar. Sempre há alguém que conhece o assunto; é preciso aconselhar-se com ele — ainda que para não aceitar o conselho. É melhor confessar ignorância a interlocutor adequado do que arriscar o direito alheio com ignorante decisão presunçosa.

Destacarei alguns pontos de minha casuística pessoal de fazer e não fazer.

44. - Evitar anulação de processos. - É nocivo anular processos. Mas cheguei a ver comarca em que houve

a anulação de dezesseis processos de ofício pelo mesmo colega — todos eles processos recebidos para sentença. Imagine a confusão implantada na comarca.

A anulação de um processo criminal pode levá-lo à prescrição; a de um cível levará alguém ao desespero. Só se anula um processo quando absolutamente necessário; tenta-se salvá-lo, o que geralmente é possível, ainda que, certamente, seja mais difícil. Mas o bom juiz se conhece no difícil; não no fácil; ninguém pode pretender ser juiz para julgar somente separações consensuais ou despejos por falta de pagamento de réus revêis... Perdoem os exemplos.

45. - Não suscitar conflitos de competência. -

Em toda a minha carreira nunca suscitei nenhum. As partes normalmente não estão interessadas em quem é o juiz que julga. Basta que seja honesto, imparcial. As partes querem a sentença e a execução. É para isso que o Estado nos paga.

Além disso, há o aspecto prático. Suscitar um conflito é tão complicado como sentenciar. E se eu proferir uma sentença e o Tribunal depois me julgar incompetente, para mim o processo não voltará nunca mais, ao passo que, se eu suscitar um conflito e depois o Tribunal entender que eu é que sou competente, terei de enfrentar novamente o mesmo processo, o que já não farei sem aborrecimento.

É muito penoso e mais complicado trabalhar em processo do qual já nos imaginamos desligados.

46. - O "diga-diga". - Não mandar ninguém dizer inutilmente. Isso é óbvio. Atrasa o desfecho, irrita as partes e advogados, atrai para o juiz a pecha de preguiçoso e acarreta complicações para o procedimento, pois cada manifestação nova das partes colocará novas questões no processo, as quais terão de ser relatadas e enfocadas, a despeito de constarem por vezes de breves linhas no meio de páginas, em posição de fácil esquecimento.

47. - Estudar a jurisprudência do caso. - Sem a jurisprudência do caso às vezes nada se pode decidir com seriedade.

E, o que é mais grave, às vezes a jurisprudência se afasta muito do sentido literal da lei, criando cilas das consideráveis para o julgador que apenas lê a lei ou a doutrina acadêmica.

Vejam-se, por exemplo, as diretrizes jurisprudenciais surgidas no âmbito do compromisso de compra e venda, da extensão do direito à defesa criminal, da exigência de perigo concreto na contravenção de direção perigosa e tantas outras e avaliem-se os riscos do esquecimento das conclusões jurisprudenciais. A jurisprudência é o próprio direito em sua vivência progressiva.

48. - Carga e descarga de autos. - Convém receber os processos que tenham de ser levados para casa mediante carga no livro de cargas. E ao retorno é bom exigir a baixa no ato da devolução ao funcionário.

O livro de cargas ao juiz deve ser conservado na sala de audiências para que nele se façam as cargas dos processos que não possam ser decididos no Fôrum e por isso sejam retirados. O bom controle de retirada de processos pelo juiz fornece marca de organização, além de evitar dissabores no caso de carga de processo e esquecimento de descarga pelo cartório.

49. - Indeferimento de perguntas em audiência. -

Há formas simples e não agressivas de indeferir perguntas inadequadas ou impertinentes em audiência. A descoberta dessas formas nos casos concretos é uma arte característica do juiz tranquilo, que infunde respeito e confiança às partes e advogados.

Pode-se ponderar o haver a testemunha já respondido, até mediante a leitura do trecho anterior. Podem-se rememorar os limites probatórios da demanda, mostrando que a questão se situa fora deles. Pode-se formular a repregunta capciosa ou tendenciosa de forma a torná-la adequada. Pode-se mesmo perguntar o que teria de ser indeferido, se não trouxer prejuízos, para evitar incidente de fazer constar a pergunta, o que toma pelo menos tanto tempo quanto formulá-la e consignar a resposta.

Acima de tudo, entretanto, deve-se evitar o uso do termo "indefiro" diante da pergunta, sem rebuscos, à face do advogado, porque esse termo, por mais técnico que seja, acarreta inegável carga emotiva que muitas vezes pode levar a incidentes desagradáveis, notadamente se apli

cado várias vezes para indeferimento de perguntas do mesmo advogado.

50. - Dispositivos de sentenças e acordos. - Cuidado com os dispositivos de sentenças. Existem dispositivos que, se forem lançados errados e não houver recurso, ninguém conseguirá executar.

O mesmo ocorre com os acordos, cuja redação deve ser bem verificada inclusive do ponto de vista da liquidação futura para execução.

51. - Vistas ao Ministério Público. - Devem ser dadas vistas ao Ministério Público apenas quando necessárias, sem prodigalidade.

Ao Promotor de Justiça, pela natureza de suas funções, será lícito partir de ponto de vista diferente do do juiz, ou seja, o da de legalidade estrita, de modo que sempre haverá risco de colocar no processo algo que não tenha sido antes levantado e complique o caso. Isso poderá ocorrer mesmo em se tratando dos promotores mais competentes e mais imbuídos de senso de bom exercício de suas atribuições. Será bom dar apenas as vistas necessárias.

Será também de boa norma examinar com cuidado as cotas do Ministério Público antes de as acolher, banindo-se a aplicação de carimbos de despachos "nos termos da cota". Ressalvem-se, contudo, os casos de juízes e promotores muito afinados por profícua convivência, cujas orientações muitas vezes passam a ser uniformes. Em São Bernar

do, por exemplo, ao cabo de alguns anos de trabalho juntos, o promotor e eu, embora jamais tentássemos um influir no pensamento do outro, expúnhamos praticamente as mesmas coisas sem nenhum contacto prévio.

Outro inconveniente de sucessivas vistas ao Ministério Público será o truncamento do procedimento e a provocação dos mesmos males já ressaltados quanto ao "diga-diga".

52. - Ler tudo. - Tudo o que for escrito no processo deve ser lido para que se possa responder a cada a legação.

Não se pode omitir nada. As omissões são um dos pontos que mais acarretam inconformismo razoável dos advogados e das partes.

53. - Não adiar audiências. - Não adiar audiências pelo adiantado da hora ou devido a incidente de menor relevância, superável na lógica do processo.

O adiamento é humilhante para a Justiça e para o Juiz e provoca prejuízos sensíveis para as partes, testemunhas, advogados e serviço cartorário.

54. - Reconsideração de decisões. - Cuidado ao reconsiderar.

A reconsideração de decisões, próprias ou de outros juizes, deve ser precedida de maior reflexão. Quanto a decisões próprias, o melhor é "considerar" muito antes de decidir, para não ter de "re-considerar". A reconsidede

ração deve ser ato não correntio, o que a tornará - antitese singular - ato de humildade orgulhosa.

Além disso, às vezes é melhor não reconsiderar, ainda que o juiz se convença do desacerto da decisão anterior. Há situações de erro que não acarretam prejuízo irreparável às partes; nelas será preferível fazer o processo andar, de modo a poder ser proferida sentença que corrija tudo, em ato final recorrível.

De qualquer forma, sendo o caso, deve-se reconsiderar o próprio ou alheio, sempre fundamentadamente.

55. - Procedimentos complicados. - Atenção especial para com os procedimentos complicados.

Divisórias, possessórias, demarcatórias, questões societárias, questões criminais com advogados muito ativos, que às vezes adquirem vantagens construindo nulidades processuais, exigem maior cautela.

Já vi usucapiões com julgamento de justificação da posse sem que se tivessem completado todas as citações e já encontrei esses mesmos processos com perícia sem justificação da posse e totalidade das citações. Esse tipo de desatenção é grave, porque deixa no processo nulidade hibernada, à disposição de quem no futuro o queira anular.

56. - Especificar provas. - Há divergências entre bons juizes a respeito da conveniência de proferir despacho mandando especificar provas. Pessoalmente o acho desnecessário e fator de risco de malentendidos: não faltará

quem nele veja mero despacho estereotipado e inútil, datilografado pelo cartório, a gerar atraso para o processo, como se o juiz quisesse com ele procrastinar decisão mais trabalhosa em ato processual de mais envergadura.

Parece-me melhor não imprimir rotina de determinação de especificação de provas, mas, sim, examinar os autos após a contestação ou a manifestação do autor sobre ela, verificar quais as provas necessárias e, nesse caso, deferi-las, reservando a hipótese de mandar as partes dizer sobre a prova para quando houver dúvida a respeito do cabimento de uma delas. Nesse caso o despacho consultará as partes, precisamente, sobre a necessidade da perícia ou de prova testemunhal dando a nítida demonstração de prévio exame do processo.

57. - Perícia e designação de audiência. - Marcar audiência só após a vinda do laudo pericial.

E, uma vez apresentado o laudo, marcar audiência com tempo para que as partes se manifestem e tragam aos autos as críticas dos assistentes técnicos. Se não as trouxerem será realizada a audiência sem elas.

O controle da duração da perícia é, aliás, essencial à jurisdição dinâmica.

58. - Simplificação de atos de comunicação. - Existem situações em que podemos agir por carta ou telefone. Por exemplo: Em Vara de Família, para fazer o inventariante atender a certas determinações, podemos simplesmente mandar uma carta a ele, cobrando-as. Ele certamente irá

procurar o advogado e o processo retomará o andamento.

Em questões de filhos e de menores é possível mandar telefonar para quem detém o menor dizendo para trazê-lo ao Fórum, porque o juiz quer ouvi-lo pessoalmente. Ninguém vai opor muita resistência se o juiz quiser ver e ouvir as partes. O contrário é que geralmente ocorre: as partes querem ser ouvidas e o juiz não as atende, por vedação processual, inconveniência ou mera comodidade. Quando as partes vierem, é conversar, pedir calma, ouvir com ostensiva equidistância e se possível juntas, todas as partes, e realizar o ato que importa, que é ouvida do menor.

59. - O telex. - Usar o telex. O Tribunal realiza verdadeira campanha de incentivo ao uso de telex.

O Tribunal de Alçada Criminal está usando o telex até para alvarás de soltura há anos. Não há notícias de problemas em nenhuma das áreas.

Importa usar a imaginação e ver o que pode ser passado por este eficientíssimo meio de comunicação moderna.

60. - O juiz auxiliar. - Não afogar o auxiliar, nem passar os problemas complicados para ele.

Não que juiz auxiliar ou substituto não saiba o que fazer. Às vezes ele é extremamente capaz; tanto quanto o titular, ou até mais. Mas passar problemas sérios ou numerosos para o juiz auxiliar é desmoralização para o titular. Faz com que ele perca um pouco da credibilidade pu

blica como profissional que deve ser preparado e ativo para ser esteio de garantias constitucionais dos jurisdicionados.

61. - Conclusões sem data. - Não devem ser aceitas. É absurdo o cartório assumir a responsabilidade pelo atraso do juiz.

Se recebido grande número de processos para sentenças será o caso de colocar nelas, ao fim do relatório e antes do "decido", a data em que o processo foi recebido. Sobrevindo atraso, será fácil ver quanto o juiz trabalhou em outros processos durante o período em que se atrasou num deles.

Sem sombra de dúvida é preferível trabalhar com data do próprio dia do recebimento a trabalhar com data errada, o que poderia dar impressão de atraso crônico do juiz, disfarçado com a humilhante cumplicidade do cartório.

62. - Questões correcionais nos autos. - Não deixar passar questões correcionais sem ao menos as documentar para eventuais providências futuras.

Será útil, por exemplo, extrair "xerox" do que vier de correcional aos autos e guardá-la. Havendo repetição de falhas envolvendo os mesmos funcionários será fácil juntar todas as "xerox" e formar sindicância, abrindo ao funcionário prazo para manifestação diante da prova já constituída.

63. - Sustentar na legalidade. - Às vezes discordamos da diretriz legal, principalmente em matéria procedimental. Mas não se poderá deixar de cumprir a lei sob pretexto de discordância.

Deverão ser buscadas formas de cumprir a lei com tornando o ponto de discordância com argumentos fincados em outros dispositivos legais.

Ou será o caso de, em questões de menor relevância, que não firam direitos das partes, que não alterem a substância dos processos, dizer qual é o dispositivo legal e como ele comanda para, depois, salientando que o ato pode ser praticado validamente com outra forma, afastar-se dele.

É o que ocorre com o processamento dos embargos à execução em apenso. Na prática isso é desnecessário, ante a suspensão do processo de execução durante o processamento dos embargos. Por isso tenho determinado a juntada dos embargos aos autos de execução. Consigno, entretanto, que assim procedo devido à suspensão, diante da qual esclareço não haver prejuízo decorrente do descumprimento do artigo 736 do Código de Processo Civil, que expressamente menciono.

64. - Decidir somente pelo que está nos autos. - Os autos são garantia das partes e do juiz. Se algum dado importante não estiver nos autos, deve-se trazê-lo para eles antes da decisão que, depois, aludirá à folha em que estiver documentado.

Essa observação é importante para as situações de existência de outros processos na Vara que possam fornecer elementos para o julgamento do caso. Primeiro se de verá fazer a peça do outro processo vir aos autos para, depois, decidir - não se podendo decidir mediante alusão ao que consta do outro processo se ainda não veio para os autos.

65. - Questões simples x complexas. - Todas as questões são relevantes. Mas há as simples e as complexas.

É característica do bom juiz não menosprezar as questões complexas e não complicar as questões simples.

Todos nós já vimos casos em que autos ficaram verdadeiramente "chocando" com o juiz, diante de questão de reduzida envergadura. Será tão grave atrasar a decisão dessas questões quanto decidir com rapidez leviana assun to de maior complexidade e relevância.

66. - Memoriais das partes. - Não se deve jul gar em audiência diante de memorial trazido pelo Advogado da parte, salvo as causas simples.

Deve-se mostrar respeito pelo trabalho do advogado. Além disso, se se apresentar menosprezo por esse trabalho e o advogado perder a demanda, dirá que o juiz não deu atenção ao caso, "tanto que nem leu seus argumentos" ao julgar de plano em audiência.

É claro que há formas de demonstrar atenção ao

trabalho do advogado a despeito do julgamento na audiência e é evidente que não se irá adiar a prolação de sentença de caso de menor envergadura já estudado suficientemente ante o só oferecimento de memorial pelo advogado. Mas não deverão ser assim julgados casos complexos, para os quais sejam oferecidos memoriais em audiência, sem os os tensivo exame atento deles.

67. - Legalidade processual, civil, criminal e menores. - Não é bom para a imagem do juiz ter processos a nulados. As anulações, é certo, podem ocorrer, mas é inte ressante tomar cuidado para que sejam raras.

Nessa matéria é importante atender às diferenças de legalidade, especialmente entre crime, cível e menores.

A primeira é a mais rigorosa. Segue-se gradação decrescente; a do cível pode ser mitigada por maior elast e rio da teoria das nulidades processuais; a de menores é a mais flexível, prevalecendo o interesse do menor.

Será grave desatender a regra de processo penal garantidora do direito constitucional de ampla defesa sob o influxo de doutrina haurida no processo civil.

68. - Menores e presos. - O trabalho extra-autos com menores e presos é para o juiz que tiver o serviço em ordem.

A primeira função do juiz é proferir despachos e sentenças, atos que ninguém mais pode praticar além dele.

Poderá ele se dedicar a outros assuntos, desempenhar ou tros misteres correlatos com a atividade tipicamente judicial, como os de assistência a menores e a presos, em função social supletiva. Mas antes terá de estar com seu serviço em dia. A dedicação a essas atividades pressupõe estar dando conta de realizar audiências e proferir despachos e sentenças sem atraso.

Trabalhar bem no próprio serviço é a primeira faceta da atuação social do juiz, fator de paz social, de recomposição de direitos violados, de realização da justiça na Comarca. O mais da atuação social poderá ser realizado mas terá de vir depois na ordem de prioridade na divisão do tempo.

Um lembrete é importante no tocante a presos: com a liberalização das formas de soltura no decorrer do processo e de concessão de benefícios para cumprimento da pena em liberdade, não é comum haver pessoas de reduzida periculosidade que continuem presas. O acusado do tipo Jean Valjean, de "Os Miseráveis" de Victor Hugo, perseguido por furto famélico, que nem levaria, aliás, à condenação em nossos dias ou na época em que foi escrito o romance, seguramente não se encontrará preso atualmente. Por isso será importante tomar cuidado com as questões que envolvam presos, não prodigalizando benefícios não autorizados pela lei que já é extremamente benigna, com prejuízo para a sociedade, para o sistema de segurança social, para as vítimas que lícitamente se sentirão inseguras e revoltadas, e, sobretudo, para a própria credibilidade da justiça pra

ticada pelo juiz na comarca.

O juiz deve ser justo, mas não pietista ou ingênuo no lidar com seres perigosos, cujos direitos, mormente o de tratamento digno nos xadrezes, tem de firmemente amparar, mas cujos deveres, entre os quais o de cumprimento da pena de prisão recebida, não podem ser ignorados ou minimizados.

69. - O júri. - O júri é o momento mais solene da atividade judiciária na comarca.

Deve ser levado a sério, até pelos que nele não crêem, pelos seus mais ferrenhos adversários. O juiz deve realizar o júri com a solenidade e a gravidade que o povo dele espera. Não fazer brincadeiras no plenário, não ler livros ou despachar processos durante os trabalhos, não se ausentar da sala. Preparar-se muito para os júris e para cada júri, conhecendo os autos tanto quanto as partes — até mediante a elaboração de resumo de relatório e minuta de quesitos prováveis. Interrogar com gravidade. Atentar muito aos debates.

Se o juiz demonstrar insensibilidade e desrespeito diante de julgamento em sessão solene, o que pensarão os jurisdicionados da comarca dos julgamentos por ele proferidos sem a gravidade da forma?

70. - O eleitoral. - O trabalho na Justiça Eleitoral é importantíssimo para formar a credibilidade do juiz. O bom serviço eleitoral se arrima na serenidade e na equi

distância do juiz e na boa organização do cartório eleitoral.

Em época sem disputas eleitorais se formam o juiz e o cartório. Este com organização e atuação discreta, sem dar margem a boatos e rumores sobre seus funcionários; aquele com evidência de imparcialidade e não comprometimento com facções políticas e políticos.

Em épocas de acirramento de questões políticas é importante ter serenidade para não se precipitar. Consultar a lei, examinar os casos, trocar idéias com colegas mais experientes ou com o pessoal do Tribunal Regional Eleitoral são bons remédios para situações difíceis.

71. - Designação de audiências para a mesma hora. - Não marcar todas as audiências para às 13 horas, ou para a mesma hora.

As partes, seus advogados e testemunhas têm direito ao tratamento civilizado da hora marcada, não devendo ser submetidos a longa e inútil espera muitas vezes terminando com adiamento de audiências, ao fim do dia, depois de haverem chegado no seu início ao Fórum.

72. - Não atrasar. - Ninguém pode cobrar de seus funcionários ou de outros auxiliares da justiça andamento do serviço no prazo tendo o próprio serviço atrasado.

73. - Não culpar funcionários. - Não colocar a culpa no cartório ou nos oficiais de justiça. Não conheço

nenhum bom juiz que tenha ficado muito tempo com mau cartório ou mau corpo de oficiais de justiça. Os funcionários seguem o exemplo do juiz; geralmente serão bons ou maus como for o juiz, guardando adequação a este.

E se não guardarem adequação em princípio será porque os funcionários serão melhores. O bom juiz consegue tornar bom o serviço de mau cartório e maus oficiais, mas bons funcionários não conseguirão melhorar o serviço da unidade judiciária se o juiz não for bom.

Há, naturalmente, auxiliares incorrigíveis. Mas são raros e justificam atenção correcional direcionada.

74. - Livro de registro de despachos. - Recomendo a abertura de um livro de registro de despachos para documentação de casos mais sérios ou complicados, mediante determinação em cada caso, no fim do despacho.

Esse registro facilita o serviço, pois se ocorrer repetição da hipótese será fácil localizar modelo para cópia. E serve de prova de trabalho efetivo em questões difíceis no caso de necessidade de comprovação de causa de decrêscimo da produção de sentenças cujo número é controlado pela Corregedoria Geral da Justiça.

75. - Expor os artigos do Código. - Colocando-se os artigos do Código de Processo nos despachos ficará mais fácil trabalhar porque por ocasião do despacho seguinte bastará ler o processo para já abrir o código no ponto adequado.

É claro que não se colocarão sempre os artigos em todos os despachos. Mas devem ser lançados nos despachos mais expressivos, como o despacho inicial. Veja-se a facilidade de processar os feitos quando o artigo referente ao procedimento examinado está colocado no despacho inicial.

76. - Garantias de liminares de sustação de protesto. - Em dado momento as sustações de protesto se tornaram medidas prodigalizadas, geradoras de verdadeira massa de processos tendentes à procrastinação da realização de direitos dos credores.

É necessário fazer o requerente colocar nos autos garantia de que não esteja usando a sustação de protesto para fim meramente protelatório. O depósito em dinheiro é a melhor garantia; também o são a fiança e a caução bancária, facilmente transformáveis em dinheiro. Já nem sempre o será a caução comum, ainda que real, porque será difícil transmutar o bem em dinheiro caso o requerente da sustação perca a ação. E o dinheiro ou a garantia bancária são a prova de que o requerente é solvável, ou de que há quem nele confie no meio negocial a que pertence.

Sem a demonstração da solvabilidade, em regra como se crer na alegação de sinceridade do pedido de sustação? É certo que há muitas situações peculiares no campo das sustações de protesto, mas o melhor será mesmo exigir prévio depósito em dinheiro. Ou, como já fiz, pedir que o próprio advogado do requerente emita cheque em favor do

juízo, para ser descontado e levado a depósito judicial no dia seguinte. Já tive casos de advogados que aceitaram e de advogados que negaram garantir o cliente.

Mas se o advogado, que conhece o cliente e suas condições, não confia nele, como poderá pleitear que o juiz, que não o conhece, venha a confiar?

77. - Marcar audiências pessoalmente. - Para ter controle do volume de serviço de audiências terá o juiz de marcá-las pessoalmente, dosando a pauta de acordo com a presumível complexidade ou singeleza.

Delegar essa tarefa a funcionários, ainda que competentes, será gerar atrasos e adiamentos. Por outro lado, correrá o juiz enorme risco de quebra de moralidade da jurisdição se deixar para os funcionários a designação de audiências. O mesmo, ou mais, se diga da nomeação de peritos. A letra do juiz deve estar nos autos nos dois casos.

78. - Estudo dos autos para a audiência. - Às vezes temos de fazer uma audiência sem tempo de exame de tudo do processo. Mas como conduta normal parece leviana de começar uma audiência sem estudar antes e com a adequada profundidade os autos, a não ser que sejam já muito conhecidos do juiz, de modo a ele não precisar analisá-los novamente para a audiência.

É preciso conhecer os autos antes de começar a audiência para, por exemplo, não confundir as pessoas e começar a tratar o autor como se fosse o réu, ou imaginar

que o carro que vinha da direita o fizesse pela esquer
da...

Se o juiz não estiver seguro do processo na au
diência as partes o perceberão e lícitamente passarão a a
catar menos a sentença.

De qualquer forma, a aplicação da estenotipia(*)
na justiça naturalmente imporá a necessidade de aprofunda
da análise dos autos antes das audiências.

79. - Dias para despacho. - A prática de estabe
lecer dias da semana para despacho geralmente dá causa a
problemas.

É melhor receber todos os processos todos os
dias e dosar o serviço como for possível, sem o ilusório
escudo de dias certos que em regra mais cria dificuldades
devido às insistências e malquerenças do que as resolve.

80. - Portarias. - Convém ao juiz não abusar das
portarias. Baixar poucas, somente, com poucos e claros ar
tigos.

As portarias sobre menores são geralmente difí
ceis e precisam ser bem meditadas. Encerram matéria poten

(*) Taquigrafia mecânica, já instalada em setenta Varas
da Comarca da Capital. Ver artigos do Juiz FRANCISCO DE
PAULA SENA REBOUÇAS ("Máquina de Escrever e Reforma Judi
ciária, Rev. Jurisp. TJSP, 71, pág. 13, e RT-Infoma, 275,
pag. 15) e do autor desta palestra ("A Estenotipia no Ju
diciário" Rev. Jurispr. TJSP. 76, pág. 75, e RT - Informa,
299, pág. 16).

cialmente polvorosa e perigosa, para não falar da, às vezes, indevida interferência no pátrio poder alheio e na realidade social da comarca, sobre a qual o juiz não possui poderes para arvorar-se em censor-mor, à moda de corregedor geral da vida dos outros.

As sobre procedimento em princípio não devem ser baixadas. Não fará sentido despachar por portarias. Será melhor despachar em cada caso nos respectivos autos e criar o hábito de fazer respeitar a diretriz na Comarca. A preclusão e a coisa julgada nos processo fortalecerão as determinações e fixarão orientações por praxe melhor do que a sistematização sempre difícil à base de portarias ou provimentos alentados, tendentes a desbordar em verdadeiros códigos de processo da comarca paralelos aos diplomas legais.

81. - Consultas e argumentação de advogados e partes. - O juiz não é órgão consultivo mas não será a melhor providência brandir isso de pronto a quem começar a formular consulta, ou colocar placas e cartazes proclamando a máxima.

O melhor será serenamente negar a consulta informando a quem a formula que não poderiam ser dadas respostas a ela, sob pena de se prejudgarem questões que poderão se tornar relevantes em juízo.

O mesmo se diga de tentativas de sustentação oral por parte dos interessados ou advogados. Deve-se agir cortesmente, ouvir até onde for necessário para em seguida atalhar com educação o seguimento da argumentação inoportuna.

PARTE V

PALAVRAS FINAIS

82. - O nocionamento pessoal - São estas, meus colegas, algumas observações que entendi oportuno trazer-lhes ao início da vida de juiz.

Procurei expor fragmentariamente matéria assistemática aludindo a assuntos concretos, múltiplos pontos pequenos do nosso dia-a-dia que me pareceram relevantes. Busquei elencar o prático, tão necessário à nossa profissão. E havia muito mais de que falar.

Mas receio estar me portando como o mago visto por Babuc na narração de Voltaire: esse mago subiu a um balcão e falou longamente do vício e da virtude, dividiu em várias partes o que não tinha necessidade de ser divididido, provou metodicamente tudo o que era claro, ensinou tudo o que se sabia...

Acredito que seja assim; assim espero. Espero haver aludido a tudo o que vocês já sabiam, a noções que já possuíam quando se inscreveram para o concurso de ingresso na magistratura e quando juraram em sessão solene ser juízes. Porque, se procuraram a magistratura como hou

mens bons, com a boa intenção de ser bons juízes, será por que, como na célebre frase de Santo Agostinho sobre a verdade, já a conheciam, já sabiam o lineamento básico necessário ao seu exercício, de modo que nada mais lhes precisava dizer.

83. - Encerramento - Recebam minhas palavras como as de um colega e um amigo interessado em lhes falar da existência de vários caminhos para a prestação de bons serviços judiciários, para o bem do povo e para a tranquilidade da consciência.

Sejam bem sucedidos no ofício de realizar a justiça.

Composto e impresso na Diretoria
de Serviço de Artes Gráficas do
Tribunal de Justiça de São Paulo

Dezembro, 1983